

Temor abaixo de mais uma obra de mineração

MINERAÇÃO

EM visita área, em Santa Bárbara, que preocupa e requer intervenção urgente, segundo especialistas e ambientalistas. Empresa sustenta não haver riscos e estado diz acompanhar

Erosão em pilha de rejeitos da AngloGold acende alerta



Na área onde está montanha de resíduos do processo de extração de ouro e empresa confirmou ter evacuado, EM encontrou um cenário de abandono



Temor do ambientalista Luiz Paulo Siqueira é que população não foi informada nem segurança reforçada



Portaria da Mina Córrego do Sítio: companhia nega a gravidade e os perigos apontados por especialistas

PERIGO EM SANTA BÁRBARA

- PILHA DE SAPÉ**
- Altura: 83 metros
 - Área: 133 mil m²
 - (dois terços da área que contém os edifícios Minas e Gerais da Cidade Administrativa de MG)
 - Composição: Sedimentos estériles (reservados) e rejeitos (empresa afirma serem inertes, trabalhadores denunciam tóxicos presentes como cianeto e arsênio)
- PROBLEMAS IDENTIFICADOS**
- Erosões grandes e em progresso nos taludes e na base
 - Ausência de contenções
 - Material sendo carregado para o Rio Conceição
 - Não foram vistos trabalhos de reparos
 - Vias de acesso livres em caso de emergência
 - Comunidades reclamam de falta de informações e transparência



Especialistas pedem ação imediata

A despeito das garantias da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil de Minas Gerais (Cedec-MG) de que vem recebendo informações da AngloGold Ashanti sobre a estabilidade da Pilha de Sapé, que estoca rejeitos da empresa na Mina Córrego do Sítio, em Santa Bárbara, a estrutura se encontra repleta de erosões em seus taludes e base. Especialistas em mineração que assistiram ao vídeo exclusivo feito pelo Estado de Minas afirmam que a fiscalização deve ser imediata, bem como a publicidade sobre problemas e soluções para a sociedade.

A AngloGold afirma que fiscais do meio ambiente estiveram na mina na última semana. A Prefeitura de Santa Bárbara, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) e a Agência Nacional de Mineração (ANM) ainda não confirmaram fiscalizações e não divulgaram informações para a população.

“Os problemas vistos na estrutura são nítidos, e as correções são urgentes. O poder público não pode depender apenas de informa-

ções da empresa, principalmente com o histórico de tragédias em Minas Gerais. As pessoas precisam ter uma resposta”, afirma o professor Carlos Barreira Martinez, do Instituto de Engenharia Mecânica (IEM) da Universidade Federal de Itajubá (Unifei).

“No passado, os problemas com barragens e estruturas da mineração eram vistos como pontuais. Com poucas ocorrências, mas que se intensificaram e já acometem estruturas como as pilhas. Por isso, não podem ser como antes, nem o poder público se ater a receber informações das empresas. É preciso agir e modernizar”, observa Bruno Milanez, especialista em economia da mineração.

Para o professor Martinez, doutor em planejamento de sistemas energéticos pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), um dos obstáculos para a estabilização da pilha é a necessidade de esperar a estiagem para intervir. “Mas, certamente, a empresa tem ótimas consultorias especializadas que podem e vão trazer soluções de engenharia. Não é possível co-

mentar mais a fundo, pois não estamos no local”, afirma.

MINERADORA DIZ TER CONTROLE DO LOCAL

A AngloGold Ashanti afirma que os danos na pilha de deposição de rejeitos a seco ocorreram devido a impactos das fortes chuvas do início de mês de janeiro, e que vem realizando uma série de obras em estruturas internas da unidade, como vias internas e acessos. A mineradora admite os desgastes, mas não a gravidade relatada por especialistas ao EM. “Esta pilha sofreu um processo de erosão, que está controlado e não apresenta risco iminente”.

Os impactos nos recursos hídricos devido ao carregamento de detritos dessas erosões, no entanto, foram negados, mesmo após as imagens mostradas pela reportagem. “A erosão permaneceu totalmente na área da empresa, sem impactos aos cursos hídricos da região e às comunidades próximas”, diz a empresa.

A AngloGold Ashanti contraria as informações repassadas por funcionários de que há elementos tóxicos na pilha. “A estrutura contém material classificado como não perigoso de acordo com a norma técnica brasileira. O local, inclusive, recebeu, nesta semana, vistoria do governo do estado, por meio do órgão ambiental”, diz a companhia em nota.

Ainda que a reportagem também tenha mostrado a planta sob a pilha e a própria pilha vazias, a mineradora sustenta que há obras em andamento. “Desde 10 de janeiro, técnicos e engenheiros da companhia atuam na área com maquinário para as obras de reparo. Também de forma preventiva, para que as obras sejam feitas com o máximo de segurança e agilidade neste período, algumas estruturas e empregados foram deslocados temporariamente já há mais de 10 dias”. Ao reforçar que a pilha não tem relação com suas barragens, a AngloGold Ashanti diz que essas estruturas continuam estáveis, segundo laudos em poder da mineradora. Em caso de dúvidas, a empresa atende a comunidade pelo canal de relacionamento: 0800 72 71 500. (MP)

MARUS PEREIRAS

Santa Bárbara – As fendas profundas e voçorocas que se abriram com as chuvas engolem a base e os taludes de uma montanha de rejeitos da mineração de ouro no município histórico de Santa Bárbara. A estrutura pertence à Mina Córrego do Sítio (CDS), da companhia AngloGold Ashanti, que evacuou a área na última semana de janeiro, retirando empregados do local, como medida que classificou de ação preventiva em comunicado. O Estado de Minas visitou o local e ouviu especialistas em mineração e ambientalistas que consideram preocupante o processo de erosão e defendem intervenção urgente na chamada Pilha de Sapé, maciço com mais de 80 metros de detritos.

Na hipótese de rompimento da estrutura, consequência dramática seria atingir cursos d’água e cortar o abastecimento de mais de 25 mil pessoas na região. Por meio de nota, a mineradora nega o risco de ruptura e afirma que, desde 10 de janeiro, seus técnicos e engenheiros “atuam na área com maquinário para as obras de reparo”. Contudo, a reportagem do EM constatou que no complexo CDS1 da porção oeste da mineradora não há mais nem sinais dos trabalhadores de macacão laranja. Tudo que ficava abaixo da Pilha de Sapé foi redirecionado, evacuado e transferido para a planta CDS2, 7,5 quilômetros a leste.

Enquanto especialistas afirmam que obras emergenciais de contenção da pilha deveriam estar em andamento, o cenário constatado pela reportagem, na última semana, é de abandono. Não há movimentação de máquinas na pilha, estruturas funcionais estáveis chegaram a inundar com as chuvas ainda constantes.

A proximidade dos funcionários com o perigo se mostrava semelhante ao que havia na Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, na Grande Belo Horizonte, onde o vazamento de toneladas de rejeitos de minério de ferro matou, em 2019, 270 pessoas.

A sombra da pilha minada pela água estão áreas de trabalho que eram ocupadas e intercas, como o escritório central, a 260 metros da estrutura, os alojamentos e refeitórios (290 metros), os tanques onde trabalhadores afirmam estar estocadas misturas com cianeto, que é tóxico para animais e o ser humano (522 metros) e a portaria do complexo (600 metros). Ainda em nota, a AngloGold Ashanti afirma que a estrutura “contém material classificado como não perigoso, de acordo com a norma técnica brasileira”.

Após ver as imagens exclusivas feitas pelo EM na área mostrando os tombos na estrutura, o professor Carlos Barreira Martinez, do Instituto de Engenharia Mecânica (IEM) da Universidade Federal de Itajubá (Unifei) avaliou que a própria evacuação feita pela empresa corrobora os riscos. “O processo de erosão dessa estrutura é evidente e preocupante, precisa receber intervenção urgente. Reforça isso a retirada dos trabalhadores pela própria empresa”, afirma.

Ambientalistas alertam que a devastação que um desmoronamento da Pilha de Sapé pode trazer é enorme, não sendo sanada pela evacuação dos funcionários da AngloGold Ashanti. “A estrada que leva a Itabirito e a Santa Bárbara, passando pela Mina Córrego do Sítio, não recebeu segurança, não tem equipes prontas para fechar o tráfego nem a população próxima foi alertada”, destaca Luiz Paulo Siqueira, dirigente estadual da Região do Caraca do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM).

O governo de Minas Gerais, por meio do Gabinete Militar do

Governador (GMG)/Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (Cedec), informou que, “ao tomar conhecimento sobre possível instabilidade em uma pilha de rejeitos de mineração do complexo da Mina Córrego do Sítio, localizada no município histórico de Santa Bárbara-MG e explorada pela AngloGold Ashanti, solicitou, de imediato, informações à mineradora”.

Segundo a Cedec-MG, a AngloGold Ashanti informou que identificou processos erosivos em uma pilha de rejeitos, mas que estes estão controlados, não havendo risco para a estrutura, e que o material está classificado como não perigoso. “A empresa informou que não houve extravasamento de material ou impacto ao meio ambiente e às comunidades próximas. A empresa destacou que já faz intervenções preventivas. O governo de Minas, por meio de seus órgãos fiscalizadores, está atento às operações da mineradora em pauta e acompanhando a situação”, informa o órgão estadual.

CONTAMINAÇÃO Uma onda de rejeitos precisaria percorrer apenas 525 metros a partir da pilha para chegar ao Rio Conceição. A reportagem testemunhou que um volume considerável do material do empilhamento já está escoado pelas erosões para o manancial. De tão limpo, o corpo hídrico é considerado de classe 1, naquele segmento, ou seja, segundo o Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), as águas estão aptas ao abastecimento humano com tratamento simplificado, pesca, natação, mergulho, irrigação de hortaliças e frutas consumidas cruas.

Uma vez que rejeitos despejados de suas contenções ocorrem para deturpação de águas, o perigo se amplia, segundo observam especialistas e ambientalistas. “Como ocorreu em Mariana, quando a Barragem da Fundão (da mineradora Vale) se rompeu e rejeitos entraram na Barragem Santarém, de água, ganhando mais força e velocidade”, compara o ambientalista Luiz Paulo Siqueira.

Encaxetada na calha do Rio Conceição, a devastação dos rejeitos da mineração de ouro e seus possíveis contaminantes teria um caminho de 10 quilômetros para chegar até a estrada que leva ao Santuário do Caraca. São apenas 500 metros para saltar do Rio Conceição e chegar até o Ribeirão do Caraca, em vários pontos mais abaixo que o manancial carregado de rejeitos. Com isso, a comunidade, os ambientalistas e os especialistas temem que ocorra uma contaminação do Ribeirão do Caraca, que é a principal fonte de abastecimento do município de Santa Bárbara, chegando às torres de cerca de 25 mil pessoas.

“A devastação no caminho de uma captação de água poderia ser uma tragédia atrás da outra e temos visto isso acontecer com certa frequência no estado”, alerta Carlos Barreira Martinez, que doutor em planejamento de sistemas energéticos pela Universidade Estadual de Campinas.

A onda de rejeitos ainda traria impactos como inundações às lares de 800 pessoas do distrito de Brumal, que fica às margens do Rio Conceição, interrompendo acesso ou trazendo impactos às atividades de cerca de 2 mil pessoas dessa comunidade.

Já no Rio Santa Bárbara, o destino dos resíduos, que podem ser altamente tóxicos, é a Barragem do Peti, que pode conter o volume, mas teria impactos na atividade de pesca e de lazer, sendo que após a hidrelétrica da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), o manancial deságua no Rio Piracaba e por fim no Rio Doce, em Ipatinga, no Vale do Aço mineiro.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Gerais **Página:** 9